

Manual de Implementação de
AÇÕES AFIRMATIVAS
para pessoas trans na Pós-Graduação



Equipe Responsável**ORGANIZAÇÃO**

Anielle Oliveira Monteiro
Brume Dezembro Iazzetti
Gabriela Melo
Pedro Barbabela

CONTEÚDO E REVISÃO

Anielle Oliveira Monteiro
Anna Beatriz Passos da Silva Carlos
Brume Dezembro Iazzetti
Cássia Santos
Everton Cabral Maciel
Gabriela Melo
Gabriella Gontijo Souza Machado
Iveli de Paula Sousa
Leandro Mendes de Melo
Leticia Ambrosio
Lívia Oliveira Lino
Marcos Felipe Lopes de Almeida
Maria Raquel Lopes
Marina Fagundes
Milo Noronha Rocha Utsch
Pedro Barbabela
Pedro Henrique Dias Alves Bernardes
Ramon Silva Costa

APOIO

Instituto Brasileiro Trans de Educação - IBTE

PROJETO GRÁFICO

Árthur Teixeira

Esta é uma publicação da TODXS, licenciada com uma Licença Creative Commons – Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional, o que significa que qualquer pessoa é livre para: compartilhar, copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato; adaptar, remixar, transformar ou construir materiais a partir deste; sendo a utilização apenas para fins não comerciais e desde que seja dado o devido crédito às pessoas autoras, fornecido o link para a licença e indicado se foram feitas alterações.



SUMÁRIO

PREFÁCIO	4
INTRODUÇÃO	7
APONTAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA	10
CONTEXTO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS	12
AÇÕES VOLTADAS PARA PESSOAS NEGRAS E INDÍGENAS	14
FRENTES LEGAIS NO ENSINO SUPERIOR	15
EXCLUSÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS TRANS	16
MAPEAMENTO DE AÇÕES AFIRMATIVAS	20
ORIENTAÇÕES DE IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS	44
CONTRIBUIÇÕES E GANHOS	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	55



The image features a solid purple background. On the left side, there are three vertical bars of equal height, colored teal, pink, and yellow from left to right. In the center-right area, there is a cluster of colorful starburst and dot graphics in shades of teal, yellow, pink, and light blue. The text '1. Prefácio' is centered horizontally and partially overlaid by these graphics.

1. *Prefácio*

“NÃO PULEM O PREFÁCIO”

O que são ações afirmativas? Iniciar este prefácio fazendo esse questionamento é de fundamental importância, sobretudo, em relação ao atual período que vivemos no país, marcado por tantas violações de direitos humanos e retrocessos. As ações afirmativas podem ser compreendidas como políticas públicas de reparação histórica, que possuem a finalidade de suprir lacunas históricas que foram causadas por desigualdades sistêmicas (como o racismo e a LGBTIfobia, por exemplo). Assim sendo, uma ação afirmativa tem como objetivo promover equidade a todas, todos e todes.

Foi em meados de 2005 que comencei a escutar com maior frequência sobre ações afirmativas, que na minha cidade, no interior das Minas Gerais, eram traduzidas pela palavra **“cotas”**. Cotas no vestibular, cotas em concursos públicos, cotas em processos seletivos. E eu as visualizei como um mecanismo de inclusão, principalmente, para quem tinha seus direitos negados. Como sempre trabalhei em escolas de periferias, eu estimulava meus alunas, alunes e alunos a fazerem uso desse direito. Enquanto docente e travesti, eu buscava transformar as pessoas, tornar as pessoas bem melhores, não como um produto, mas desencadeando processos.

Nesse ínterim, em minhas reflexões e devaneios eu vislumbrava uma política destas direcionada a minha

comunidade, e ao mesmo tempo eu travava uma luta para ter meu nome social reconhecido na educação, quando em 2011 através de um decreto estadual alcancei este direito. Neste manual apresentado pela TODXS, a leitora e o leitor poderão traçar uma linha histórica do uso do nome social, desde sua primeira publicação no campo da saúde até chegar aos espaços escolares. Quando solicitei o direito de ser chamada de Sayonara nos documentos escolares, foi a partir de sua implementação no SUS, que me proporcionou a oportunidade de levar este debate para dentro das escolas nas quais eu trabalhava.

Mesmo assim eu me sentia como uma ilha dentro do movimento social organizado e na docência, até que comecei encontrar outras professoras trans. Éramos poucas, algumas mestradas, mas o fato de irmos nos encontrando, íamos fortalecendo nossas presenças nestes espaços. Tive a oportunidade de levar para uma das redes que fiz parte a verdadeira práxis, demonstrando que era possível aliar o conhecimento acadêmico (teoria) a incidência que estas redes faziam em prol de políticas para nossa população (prática). E nos fizemos professoras, mestres, doutoras e pesquisadoras. Ainda que nos estabeleçamos como uma minoria em termos numéricos nesse ambiente, originamos para o debate na educação, diversas questões em-

blemáticas, principalmente por conta do impacto nos modos de relação profissional no ambiente escolar e acadêmico.

Por mais que exista um arcabouço de portarias, decretos e resoluções sobre o uso do nome social no campo educacional, muito bem frisado pelo Manual, ainda, nos deparamos com escolas que negam esse direito, que recusam o uso do banheiro em conformidade a identidade de gênero, aliado a relatos de assédio moral, violência psicológica, recusa de bolsas de iniciação científica que gera um círculo vicioso de exclusão dentro da educação.

A violência a qual estamos sujeitas tornou-se naturalizada no imaginário social da sociedade, como algo tutelado pelo próprio Estado, que insiste em nos tornar responsáveis pela violência, preconceito e discriminação que sofremos diariamente. Nossa exclusão social acontece nos mais variados espaços, iniciando na família e depois na escola que acaba se tornando um ambiente ameaçador para as pessoas travestis e transexuais. Não é uma surpresa reconhecer ocorrências em que profissionais da educação ocultam processos discriminatórios, culpabilizando as vítimas e reverberando que a escola é o não-lugar de nossa comunidade. Na leitura deste Manual é possível visualizar as exclusões e violências que são direcionadas às pessoas trans como um processo histórico.

O caminho a ser percorrido ainda é extenso, e a TODXS (todes) se coloca nesta rota, buscando promover uma maior sensibilidade e abertura de ideias no campo dos direitos humanos, seja através de pesquisas, de projetos que promovam a inclusão social e a sensibilização de toda a sociedade. E a leitura deste Manual nos leva a reconhecer as ações afirmativas que vêm sendo implementadas para pessoas trans na Pós-Graduação no Brasil. Todavia, por mais que existam possibilidades de políticas públicas que visem à inclusão das pessoas travestis, mulheres e homens transexuais na educação e na pesquisa, ainda falta

a política de permanência.

O surgimento destas ações afirmativas em cursos de pós-graduação demonstra-se como uma ação social positiva que procura sanar a falha da educação brasileira em incluir e manter pessoas trans nestes espaços. Entretanto, temos também que refletir sobre aquelas pessoas que sequer conseguiram terminar o ensino fundamental, quiçá, adentrar em um curso de graduação. Tais políticas públicas devem ser direcionadas a todas as modalidades da educação brasileira para que se modifique a dolorosa realidade a que estamos submetidas.

Para a permanência das pessoas trans na educação, torna-se indispensável uma educação voltada para a diversidade, que estimule o reconhecimento das demandas das pessoas trans e a sua proteção nas escolas e faculdades. Este manual de implementação de ações afirmativas para pessoas trans na pós-graduação cumpre o seu papel em poder trazer efeitos políticos multiplicadores para que sirva de subsídio para outras universidades e faculdades, para que reconheçam a humanidade das pessoas trans e a sua cidadania, na formulação de estratégias para a efetivação de programas que concretizem o acesso à educação de pessoas trans.

Para finalizar, a obra oferece uma leitura acessível para diferentes perfis de interesse, preservando a identidade da temática central que é a formulação de ações afirmativas para pessoas trans no espaço acadêmico. **E não pulem o prefácio**, pois é uma travesti quem vos escreveu, que foi ensinada que o seu lugar era a rua, mas se fez professora. Tenham uma boa leitura!

Sayonara Naider Bonfim Nogueira

Presidente do Instituto Brasileiro Trans de Educação
Professora, pesquisadora, especialista em Coordenação Pedagógica, servidora pública e tutora EaD na Universidade Presidente Antônio Carlos (UNIPAC).
Membra do comitê trans da Rede Ibero-Americana de Educação LGBTI
Membra do Painel de Concessão de Fundos do Internacional Trans Fund.



2. Introdução

INTRODUÇÃO

O Manual de Implementação de Ações Afirmativas para Pessoas Trans na Pós-Graduação, elaborado pela TODXS, visa contribuir com as instituições de ensino superior no processo de formulação de estratégias para a efetivação de programas que concretizem o acesso à educação de pessoas trans. Por meio da apresentação de etapas de implementação, esta publicação busca disponibilizar conhecimento com base em experiências brasileiras comparáveis e confiáveis sobre a inclusão de pessoas trans em programas de pós-graduação no Brasil, traçando um panorama com foco nos processos, posicionamento institucional e atuação discente.

A TODXS é uma organização não governamental (ONG), criada em 2017, suprapartidária e sem fins lucrativos que promove a inclusão de pessoas LGBTI+ na sociedade com iniciativas de formação de lideranças, pesquisa, conscientização e segurança. A TODXS é formada por um time de pessoas voluntárias trabalhando de forma remota, em todo o território nacional, na criação de projetos de alto impacto para a população LGBTI+ brasileira. Existimos para transformar o Brasil em um país verdadeiramente inclusivo e livre da discriminação para pessoas LGBTI+. A área de Pesquisa e Desenvolvimento da TODXS é composta por um time especializado na população

LGBTI+ e suas interseccionalidades que busca, por meio de levantamento de dados inéditos e produções de pesquisas de fácil acesso e entendimento, criar embasamento de inteligência de mercado, políticas públicas e impacto social.

Com a divulgação deste Manual, a TODXS socializa as informações e experiências obtidas através de análise documental e entrevistas semi-estruturadas em 2020. Buscamos com este Manual ampliar o debate sobre as ações afirmativas, em especial sobre o acesso da população trans na graduação e pós-graduação.

As políticas afirmativas direcionadas à população trans surgem no Brasil em um cenário marcado por conquistas de direitos fundamentais da comunidade LGBTI+. O nome social, adotado no contexto educacional a partir dos anos 2010, surge como um marco importante no que diz respeito ao acesso de pessoas trans ao corpo docente, discente e administrativo de espaços educacionais. Assim, no fim da década, as políticas afirmativas de ingresso da população trans na graduação e pós-graduação, passam a ser implementadas, gradualmente, por diversas instituições de ensino superior espalhadas pelo país. Atualmente, há cerca de 30 universidades brasileiras que adotam esse tipo de iniciativa, concentrando-se principalmente em programas de pós-graduação, das mais diversas áreas e eixos

de conhecimento.

De acordo com a investigação aqui apresentada, grande parte dessas iniciativas (na pós-graduação) adota um sistema de vagas supranumerárias, onde novas vagas direcionadas às candidaturas trans são criadas nos programas. Com base nos editais e resoluções aqui analisados, o critério utilizado para a candidatura de pessoas trans em processos seletivos é o da autodeclaração, o que consideramos ser o modelo mais adequado e ético, sem explicitar o nome de registro da pessoa candidata.

No processo de feitura deste manual, tornou-se evidente que a criação de políticas afirmativas para pessoas trans, em âmbitos universitários, tem sido marcada pela participação ativa e pelo protagonismo dessa população. Ao adentrar tais espaços educacionais, estudantes e pesquisadores trans se tornam uma voz potente e transformadora ao demandarem a implementação de ações e políticas que tornem os espaços acadêmicos mais diversos e inclusivos. A invisibilidade e o apagamento de epistemologias trans na produção científica é um problema que vem sendo apontado como um sintoma principal da ausência dessa população nesses espaços. Desta forma, uma das conclusões que aqui chegamos, através das entrevistas feitas ao longo deste material, é a de que a inserção de pessoas trans nos espaços de produção de conhecimento é fundamental e benéfico para as próprias instituições de ensino, que ganham com a entrada de novos saberes e perspectivas inovadoras em áreas de pesquisa, por exemplo.

Assim, o presente manual, segue a seguinte composição: **“Apontamentos metodológicos da pesquisa”**, onde descrevemos os métodos de coleta e análise que nos guiaram na criação deste material; **“Contexto sobre ações afirmativas”**, onde fazemos uma revisão bibliográfica sobre a história das ações afirmativas e dos marcos legais referentes às políticas afirmativas direcionadas à população trans; **“Exclusões e violências contra pessoas trans”**, uma breve contextualização sobre as formas de violências transfóbicas em âmbito brasileiro; **“Mapeamento de ações afirmativas”**, um levantamento inédito e minucioso de instituições brasileiras de ensino superior (graduação e programas de pós-graduação) que adotam o sistema de reserva de vagas para a população T; **“Orientações de implementação de políticas afirmativas”**, direcionamentos que consideramos primordiais para a construção de uma política afirmativa que seja ética e eficaz, tomando como base a análise de editais, resoluções e entrevistas realizadas com discentes e docentes de universidades de renome no Brasil e **“Contribuições e ganhos”**, um esboço geral dos benefícios e proveitos alcançados através da implementação de políticas afirmativas que ampliem o acesso e permanência de pessoas trans em espaços universitários.

Façam uma ótima leitura!



3. *Apontamentos Metodológicos da Pesquisa*

APONTAMENTOS METODOLÓGICOS DA PESQUISA

O presente estudo buscou compreender os aspectos e dinâmicas envolvendo o processo de surgimento e implementação das ações afirmativas para pessoas trans na Pós-Graduação no Brasil. Interessamos compreender as etapas, os pontos focais, as dificuldades e os conflitos presentes a fim de formular um Manual capaz de direcionar e munir estudantes LGBTI+ na construção de um ambiente universitário mais inclusivo e livre de discriminação. Para tanto, estruturamos nossa pesquisa a partir de três eixos, sendo eles: (i) contexto das ações afirmativas com foco na realidade trans; (ii) mapeamento de programas de pós-graduação e universidades que apresentam ações afirmativas; e por fim, (iii) Orientações, contribuições e ganhos da política, tanto para pessoas alunas trans como para as Instituições de Ensino Superior no Brasil.

No desenvolvimento desta pesquisa partimos de uma pesquisa qualitativa para compreender os sentidos e significados presentes no processo de implementação das políticas em diversas instituições de ensino superior. Nos dois primeiros eixos, trabalhamos majoritariamente a partir de uma análise documental por meio de artigos científicos, editais de processos seletivos, notas de organizações e documentos produzidos sobre a temática. O terceiro eixo foi construído por meio de duas etapas:

análise documental e a realização de entrevistas semiestruturadas.

Para a análise documental realizamos um mapeamento dos editais de seleção e atas do colegiado em torno das instituições públicas que regulamentam ou regulamentaram ações afirmativas para pessoas trans na pós-graduação. Além de referenciais bibliográficos que continham contexto histórico das políticas de ações afirmativas no Brasil e a participação de pessoas trans no ensino superior. No segundo momento, realizamos três entrevistas semiestruturadas com estudantes trans e docentes. A intenção foi com essas entrevistas compreender as perspectivas compartilhadas por nossas interlocutoras no que se refere a trajetória acadêmica das pessoas trans, além das suas opiniões sobre políticas de ações afirmativas e o impacto de estudantes trans na pós-graduação seja em questão de produção acadêmica quanto na diversidade de pessoas no ensino superior. Vale ressaltar que, inicialmente, nossa intenção era realizar dezesseis entrevistas que incluíssem corpo docente, coordenação e discentes trans de dois Programas de Pós-Graduação, porém, devido à dificuldade em encontrar uma quantidade significativa de pessoas disponíveis para participar de nossa pesquisa, buscamos inserir nossas entrevistas para complementar nossas análises documentais.



4. Contexto sobre ações afirmativas

CONTEXTO SOBRE AÇÕES AFIRMATIVAS

Ações afirmativas são políticas públicas e privadas que focam em medidas que combatem discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta. Tais políticas buscam aumentar a participação desses grupos nos processos políticos, no acesso à educação, saúde, empregos, redes de proteção social e reconhecimento cultural. Exemplos de medidas classificadas como ações afirmativas são as cotas e bolsas de estudos.

As ações afirmativas têm origem nos Estados Unidos, nos anos 60, através do movimento negro que exigia que o Estado assumisse uma postura ativa que traga melhoria de condições da população negra. No campo do ensino superior, ações afirmativas se originaram no contexto indiano, frente as desigualdades históricas de casta social. A partir desses dois exemplos, podemos compreender que as origens dessas ações são diversas, variando a depender de cada contexto social.

No Brasil, as ações afirmativas ganharam visibilidade em 2001 após a Conferência Mundial Contra o Racismo promovida pela ONU. O Estado brasileiro se comprometeu a combater o racismo e criar políticas públicas concretas e assim com nos Estados Unidos, as ações afirmativas também foram apresentadas pelo movimento negro do país, que denunciava a ausência de pessoas negras nos cursos superiores brasileiros.³ Outros marcos legais são importantes nesse processo, tais como, também nos anos 2000, o reconhecimento de direitos LGBTI+ como direitos humanos no Brasil e, ainda ao final da década de 80, o reconhecimento da educação como um direito fundamental, a partir da Constituição Federal.

A partir dessas considerações, vamos apresentar o contexto atual e histórico das ações afirmativas para pessoas trans, negras e indígenas.

Ações voltadas para pessoas negras e indígenas

Declaração Racial da ONU (1960)

Institui as práticas de discriminação e segregação étnico-racial, associada aos processos de colonização.

Declaração dos Direitos Indígenas (2007)

Institui sobre os Direitos Indígenas: garantindo que todos os povos indígenas tenham direito à preservação cultural, à saúde, educação e emprego, à liberdade, à autogestão, e incentiva que os governos promovam ações para fortalecimento e equidade.

Lei Federal n. 12.288 (2010)

Institui o Estatuto da Igualdade Racial, buscando garantir igualdade de oportunidades, combate à discriminação, segregação e desigualdade étnico-racial em todos os âmbitos da vida: educação, saúde, trabalho, cultura e outros. Incentiva a criação de programas e leis que visam diminuir a segregação e as desigualdades étnico-raciais. (Brasil. Estatuto da Igualdade racial. LEI No 12.288, DE 20 DE JULHO DE 2010)

Lei de Cotas n. 12.711 (2012)

Discorre sobre a reserva de vagas étnico-raciais e econômicas para os cursos de graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior.

Portaria do Ministério da Educação (MEC) n.13/2016 (2016)

Institui a Política de Ações Afirmativas voltadas para pessoas negras (pretas e pardas), indígenas e pessoas com deficiência na Pós-Graduação em Instituições Federais de Ensino Superior.¹

Frente a esse histórico de conquista de direitos, tem-se a implementação de ações afirmativas para pessoas negras e indígenas. As políticas de cotas raciais na Pós-Graduação se mostram um importante indicativo de justiça social e progresso científico: "A grande problemática das cotas é que elas trazem para a universidade um público que historicamente não tem um olhar representado lá, ou tem uma subrepresentação. Por exemplo, em relação às políticas públicas de combate a extrema pobreza, uma pessoa que entre num programa de pós-graduação de engenharia de alimentos pelas cotas, ela pode ter uma visão diferenciada que pode evitar equívocos na pesquisa. Trata-se de ter justiça social através do combate de iniquidades e desigualdades que a própria ciência produz", Gabriel Nascimento (ANPG) (UNE, 2017).

¹ A portaria do MEC, no entanto, prevê que os Institutos e Programas criem comissões próprias e tenham autonomia para definir sobre os processos de implementação das Ações Afirmativas. Por isso, as Universidades Federais, os Institutos Federais e os Programas de Pós-Graduação, têm criado políticas diversas, que variam desde diretrizes gerais para toda a instituição, até Regimentos Internos que determinam sobre cada Programa.


Frentes legais no ensino superior

O nome social foi inicialmente adotado no âmbito da saúde em meados de 2007, no Sistema Único de Saúde (SUS), embora mobilizações por parte do movimento nacional de travestis existam desde as décadas de 80 e 90. Até então, pessoas trans não tinham a possibilidade de terem seu nome respeitado em âmbitos burocráticos e administrativos, gerando situações vexatórias e constrangedoras. A retificação do registro civil, até 2018, era realizada apenas pela via judicial, e era inconsciente em sua efetividade, muitas vezes exigindo a comprovação da realização de cirurgias genitais e de laudos médicos.

Assim, o nome social surge na educação a partir dos anos 2010 como uma forma de garantir o acesso e a permanência de estudantes, pessoas professoras e funcionárias trans nesses espaços. Inicialmente implementado através de decisões internas aos conselhos universitários, iniciativas estaduais ampliam o acesso a esse direito até a criação de um decreto federal (decreto nº 8727) em abril de 2016. Crescentemente, universidades e concursos públicos pelo país passam a adotar o nome social. O nome social também permite a obtenção de dados sobre a presença de pessoas trans nesses espaços, que tem sido crescente nos últimos anos, tanto nas inscrições de vestibulares quanto na presença nas universidades (IAZZETTI, 2020). Mesmo assim, esses números são ainda muito reduzidos quando comparados à população como um todo, e são desiguais quando levamos em conta o fato de que mulheres trans e travestis tendem a ter menos oportunidades de acessar esse espaço, assim como pessoas trans negras e indígenas.

Assim, é apenas nos anos 2010 que temos as primeiras defesas de trabalhos de conclusão, mestrado e doutorado de pessoas trans assim reconhecidas pelas instituições. O mesmo vale para uma primeira leva de estudantes trans que vieram do ensino médio no mesmo período.

Caminhando para o final da década temos o advento de políticas afirmativas voltadas para a população trans, na esteira das políticas afirmativas adotadas em universidades pelo país desde os anos 2000. Grande parte dessas iniciativas adotam modelos de vagas supranumerárias (IAZZETTI, 2020), ou seja, novas vagas são criadas aos programas, específicas a candidaturas trans. Hoje há cerca de 30 universidades do país com esse tipo de iniciativa, concentradas em programas de pós-graduação. Tais iniciativas se distribuem em diferentes estados do país, e em diferentes áreas do conhecimento.



5. Exclusões e violências contra pessoas trans

EXCLUSÕES E VIOLÊNCIAS CONTRA PESSOAS TRANS

A exclusão e a violência que vitimam pessoas trans são rotineiras no mundo e principalmente no Brasil, que, de acordo com a ONG Transgender Europe (TGEU), lidera o ranking de países com o maior número de registros de homicídios de pessoas trans e gênero-dissidentes no mundo (por volta de 868 nos últimos oito anos), com o dobro de casos anuais se comparado com o segundo colocado (México).

De acordo com boletim recentemente publicado pela ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais), 129 pessoas trans foram assassinadas no Brasil, entre 1 de janeiro e 31 de agosto de 2020. Mesmo durante o período pandêmico os números de assassinatos têm aumentado notavelmente no país, crescendo em 90% durante os dois primeiros meses de 2020 e cerca de 50% nos meses seguintes. Vale destacar que mulheres trans e travestis negras em contextos de prostituição são as mais afetadas por esses homicídios, configurando mais de 80% dos casos no país. Além disso, tais violências são comumente praticadas por pessoas desconhecidas em ambientes públicos.

Outro eixo na violência extrema contra a população trans está nos casos de suicídio. Segundo dados do Núcleo de Direitos Humanos e Cidadania LGBT (2016), 85,7% dos homens trans e transmasculinos já pensaram em suicídio ou tentaram cometê-lo, o que se agrava pelas dificuldades enfrentadas no acesso a serviços de saúde. O mesmo relatório informa que grande parte desses atos é motivada pela exclusão social e pela privação econômica, particularmente a dificuldade de inserção no mercado de trabalho. Esses dados, novamente, tendem a se agravarem em relação a homens trans e transmasculinos negros, de baixa renda e sem apoio familiar.

A violência histórica que vem ceifando a vida de milhares de pessoas trans no Brasil e no mundo é apenas uma das facetas cruéis da cisheteronormatividade, que encontra raízes profundas na nossa sociedade. Entender a heteronormatividade como um regime político, que elege a heterossexualidade como a única forma sadia de se relacionar afetivo e sexualmente, em nossa sociedade, é compreender os processos de exclusão que colocam erroneamente as pessoas não-heterossexuais em um lugar de “anormalidade”, de “doentes”. Por sua vez, a cisheteronormatividade, um conceito que vem ganhando força nos últimos anos, tanto na academia, como na militância, diz respeito ao conjunto de discursos e normas sociais que colocam a cisgeneridade e a heterossexualidade como as formas padrões de identidade de gênero e sexualidade, respectivamente. A cisgeneridade, assim, seria o referencial que a nossa sociedade adota em relação à identidade de gênero. Desta forma, essa é a expressão de gênero tida como “padrão”. Portanto, uma das formas de se definir a cisgeneridade seria considerá-la a identidade de gênero daquelas pessoas cuja “experiência interna e individual do gênero” corresponde ao “gênero atribuído no nascimento” a elas (VERGUEIRO, 2016).

Os conceitos de cisgeneridade e cisheteronormatividade aparecem, portanto, como importantes ferramentas analíticas para entendermos os processos de marginalização que atravessam as vidas de pessoas trans. Sabemos que para além da violência física e do risco de morte que a população T está submetida no Brasil, existem várias outras formas de opressão, como: a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a questão da evasão escolar, a falta de acesso à saúde, a

rejeição familiar, etc. O fato de não existirem legislações federais que contemplem os direitos básicos dessas pessoas e a escassez de políticas públicas voltadas para este grupo, demonstram o quanto o Estado tem sido omissivo e contribuído para a perpetuação deste apagamento histórico das vivências trans.

Apesar do vazio legislativo que permeia as questões relacionadas aos direitos de pessoas trans no Brasil, é possível notar alguns avanços em termos de políticas públicas voltadas a esta população. O nome social, entendido como o nome pelo qual mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias reivindicam e são reconhecidas em seu convívio social, é um direito que vem sendo reconhecido através de inúmeras portarias, decretos e resoluções, no país (MONTEIRO, 2017). Os “Princípios de Yogyakarta” (2007), um documento protocolado pela ONU com o intuito de orientar a comunidade internacional em situações onde ocorrem violações de direitos humanos em razão da identidade de gênero e/ou sexualidade, foi pioneiro ao trazer o conceito de direito à identidade de gênero como sendo “(...) a vivência interna e individual do gênero tal como cada pessoa o sente, a qual pode corresponder ou não com o sexo atribuído após o nascimento, incluindo a vivência pessoal do corpo”. Tal documento foi um marco importante para a criação e fundamentação de legislações e políticas públicas direcionadas às pessoas trans. Aqui no Brasil, grande parte das normativas, Projetos de Lei e decisões judiciais, que defendem o uso do nome social e/ou direito à retificação do nome civil de pessoas trans, são embasadas nos Princípios de Yogyakarta.

O nome social, assim, funciona não só como porta de entrada para as pessoas trans em espaços educacionais, como é, também, uma das formas de garantir a permanência desta população nas redes de ensino.

Em 2018, o nome social na educação básica passa a ser autorizado pelo MEC como o objetivo de assegurar o respeito à diversidade e à inclusão e também de combater as estatísticas de violência e evasão escolar em decorrência do constrangimento, do bullying² e do assédio sofridos por pessoas trans nas escolas (MEC, 2018). Com relação ao ensino superior, em 2009, a Universidade Federal do Amapá - Unifap foi pioneira ao autorizar o uso do nome social na instituição. Desde então, várias universidades no Brasil passaram a adotar o nome social como forma de garantir um acesso mais democrático e igualitário da população trans ao ensino superior.

2 Bullying é a prática de atos violentos, intencionais e repetidos, contra uma pessoa, que podem causar danos físicos e psicológicos às vítimas.



Em 2014, o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) passou a adotar a política do nome social, o que representou no ano de 2015 mais de 1.650 solicitações, ou seja, houve um aumento de aproximadamente 310% (INEP, 2015). A iniciativa foi de extrema importância, visto que muitas pessoas trans nem sequer chegavam a fazer a inscrição no vestibular por se sentirem constrangidas, o que era mais uma barreira para a inserção da população T no ensino superior.

Além das políticas de nome social, adotadas pelo MEC, por universidades públicas e pelo ENEM, uma outra grande conquista no que diz respeito ao direito à identidade de gênero foi a decisão do STF, em 2018, que permite a mudança de nome da pessoa trans sem necessidade de autorização judicial ou procedimentos cirúrgicos. No entanto, é possível dizer que o acesso à educação por parte deste segmento social ainda continua recheado de obstáculos como: bullying, constrangimentos, preconceito, dificuldades ligadas ao uso do banheiro. Tais dificuldades de acesso ao ensino básico podem ser refletidas, obviamente, no ensino superior, um espaço que ainda é pouquíssimo ocupado por pessoas trans. De acordo com um levantamento recente sobre o perfil de estudantes de graduação, apenas 0,2% das pessoas graduandas que foram entrevistadas se declararam trans (ANDIFES, 2019).

Nesse cenário gritante de apagamento e exclusão de pessoas trans nos ensinos básico e superior, fica cada vez mais visível a necessidade de políticas que ajudem na inserção educacional desse segmento. Sabemos que os desdobramentos da expulsão sistemática da população trans das redes de ensino se manifestam através da dificuldade dessas pessoas adentrarem no mercado de trabalho formal, muitas vezes sendo levadas a uma espécie de prostituição “compulsória”. Com isso

estima-se que 90% das mulheres trans e travestis utilizam a prostituição como fonte de renda principal (ANTRA, 2019). A partir da pressão da militância LGBTI+ e de grupos ativistas de direitos humanos, algumas universidades públicas passaram a adotar ações afirmativas direcionadas à população trans, tanto na graduação como na pós-graduação. A principal motivação para a implementação dessas políticas é de tornar a universidade, um ambiente que sempre foi dominado pela cisgeneridade, mais inclusiva. No entanto, entendemos que a transfobia institucional começa no ensino básico, percorrendo toda a experiência que pessoas trans possuem nas instituições de ensino.

O desrespeito diário por parte de colegas, pessoas professoras e funcionárias é o principal motivo pelo qual uma pessoa trans dificilmente irá chegar a concluir o ensino médio. A falta de debate sobre questões relacionadas a gênero e sexualidade nas grades curriculares, a ausência de capacitações e oficinas que preparem o corpo docente e administrativo a lidar com as demandas específicas de estudantes trans, são algumas das formas de transfobia institucional que transformam a escola em um ambiente hostil e opressor para aquelas pessoas que transgridem as normas hegemônicas de gênero.

Dessa forma, além da implementação de ações afirmativas no ensino superior, é urgente a execução de políticas que visem tornar a educação básica um local seguro e acolhedor para travestis, mulheres e homens trans e pessoas não binárias. O ingresso e a permanência de pessoas trans no ensino superior, depende integralmente de que essas pessoas tenham a oportunidade de concluir o ensino médio e, para isso, é necessário romper com as estruturas cisheteronormativas que operam, historicamente, nestes ambientes.



6. Mapeamento de ações afirmativas

O mapeamento aqui apresentado parte, sempre que possível, da análise de editais de pós-graduação coletados nos sites das instituições. Em alguns casos as informações foram obtidas em portais de notícia. Destacamos que algumas das universidades aqui listadas (nominalmente, UEA, UFRB, UFSB, UFRPE, UFBA, UNEB, UFCA e UEMS) contam com resoluções internas que preveem que todos os programas de pós-graduação tenham políticas afirmativas. No entanto, no momento de divulgação desse material, nem todos esses programas implementaram essas políticas. Além das 27 instituições de ensino superior (IES) com políticas afirmativas na pós-graduação aqui

citadas, 6 instituições contam com políticas afirmativas em programas de graduação. São elas: UFABC (Universidade Federal do ABC Paulista), UFSB (Universidade Federal do Sul da Bahia), UFBA (Universidade Federal da Bahia), UNEB (Universidade do Estado da Bahia), UEFS (Universidade Estadual de Feira de Santana) e UEAP (Universidade do Estado do Amapá).

Vale destacar que muitos dos editais analisados durante a pesquisa não continham linguagem neutra ou entendimento da composição de cada recorte. Dessa forma, as descrições contidas na tabela foram ajustadas.

Universidade	Titulação ³	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
UFMT Universidade Federal de Mato Grosso	Mest./Dout.	<u>Estudos de cultura contemporânea</u>	4 (quatro) vagas para pessoas trans, indígenas, pessoas negras remanescentes de quilombos e com deficiência
Idem	Mest./Dout.	<u>Antropologia Social</u>	1 (uma) vaga
UFRGS Universidade Federal do Rio Grande do Sul	Mest./Dout.	<u>Comunicação</u>	4 (quatro) vagas para pessoas negras e pessoas trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Sociologia</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	<u>Educação</u>	Mestrado: 17 (dezesete) vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans; Doutorado: 19 (dezenove) vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Artes Cênicas</u>	02 (Mestrado) (pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans) 01 (Doutorado) (pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans)
Idem	Mest./Dout.	<u>História</u>	1 (uma) vaga apenas para estudantes da rede pública
Idem	Mest./Dout.	<u>Psicologia social e institucional</u>	2 (duas) vagas
Idem	Mest./Dout.	<u>Saúde coletiva</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	1 (uma) vaga

³ Nessa tabela “mestrado” e “doutorado” se referem ao mestrado e doutorado acadêmico. Mestrados e doutorados profissionais são assim indicados.

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
UnB Universidade de Brasília	Mest./Dout.	<u>Comunicação</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	<u>Artes Cênicas</u>	2 (duas) vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans; 2 (duas) vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Psicologia clínica e cultura</u>	1 (uma) vaga
UFPR Universidade Federal do Paraná	Mestrado	<u>Desenvolvimento territorial sustentável</u>	7 PCDs, indígenas, pessoas negras, pessoas professoras da rede pública do ensino básico, quilombolas, pessoas refugiadas ou portadoras de visto humanitário, pessoas trans
Idem	Mest./Dout.	Educação (M/D)	1 (uma) vaga por linha de pesquisa. Incluem-se: indígenas, quilombolas, com deficiência e trans, pessoas migrantes humanitários e/ou refugiadas.
Idem	Mest./Dout.	<u>Filosofia</u>	1 (uma) vaga entre três, para cada docente. Incluem-se: pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência, trans
UFF Universidade Federal Fluminense	Mest./Dout.	<u>Psicologia</u>	5% das vagas
Idem	Mest./Dout.	Cinema e Audiovisual (M/D)	Mestrado: 6 (seis) vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência, trans; Doutorado: 3 (três) vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Sociologia e Direito</u>	2 (duas) vagas
Idem	Mest./Dout.	<u>Cultura e Territorialidades</u>	2 (duas) vagas

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout.	<u>Sociologia</u>	1 (uma) vaga
UFSC Universidade Federal de Santa Catarina	Mest./Dout.	<u>Educação</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	<u>Interdisciplinar em ciências humanas</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout. profissional	<u>Gestão do Cuidado em Enfermagem</u>	1 (uma) vaga para indígenas, quilombolas, pessoas trans
UFRJ Universidade Federal do Rio de Janeiro		<u>Artes da cena</u>	25% (pessoas negras, indígenas, com deficiência e trans)
Idem	Mest./Dout.	<u>Comunicação e Cultura</u>	1 (indígenas, com deficiência, trans)
Idem	Mestrado	<u>Dança</u>	30% (estudantes de escola pública, PCDs, pessoas professoras da rede pública, pessoas negras, indígenas, pessoas trans)
Idem	Mest./Dout.	<u>Educação</u>	30% (pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans).
Idem	Mest. Especializaçã	<u>Políticas públicas em direitos humanos</u>	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	<u>Psicologia</u>	5 (cinco) vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Letras neolatinas</u>	30% (pessoas negras, indígenas, com deficiência e trans)

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
UNILAB Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira	Mestrado	<u>Interdisciplinar em humanidades</u>	1 (uma) vaga
UNIFAP Universidade Federal do Amapá	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	1 (uma) vaga
UFPE Universidade Federal de Pernambuco	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	20% (pessoas negras,, auto-declaradas indígenas, pessoas pertencentes a povos tradicionais, pessoas trans)
UNIFESP Universidade Federal de São Paulo	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	40% (indígenas, pessoas negras,, pessoas trans,pessoas com deficiência física)
UFJF Universidade Federal de Juiz de Fora	Mest./Dout.	História (M/D)	Mestrado: 1 (uma) vaga Doutorado: 1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	Serviço social (M/D)	14%: 2 (duas) vagas no Mestrado, 1 (uma) vaga no Doutorado
UNIVASF Universidade Federal do Vale do São Francisco	Mestrado	<u>Arqueologia</u>	4 (quatro) vagas para pessoas negras, indígenas, quilombolas, mães lactantes com crianças de até dois anos, com deficiência e trans
USP Universidade de São Paulo	Mest./Dout.	<u>Filologia e língua portuguesa</u>	34 (trinta e quatro) vagas para pessoas negras, indígenas, com deficiência e trans
Idem	Mest./Dout.	<u>Humanidades, direitos e outras legitimidades</u>	80% (pessoas negras, com deficiência, trans, indígenas, pessoas em situação de refúgio, apátridas e portadoras de visto humanitário)
UFES Universidade Federal do Espírito Santo	Mest./Dout.	<u>Ciências Sociais</u>	10% das vagas

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
UDESC Universidade do Estado de Santa Catarina	Mest./Dout.	<u>História</u>	30% (pessoas negras, indígenas, quilombolas, com deficiência e trans), apenas no recorte de vulnerabilidade socioeconômica
UNICAMP Universidade Estadual de Campinas	Mest./Dout.	Antropologia Social	1 (uma) vaga
Idem	Mest./Dout.	<u>Educação</u>	2 (duas) vagas
Idem	Mest./Dout.	<u>Multimeios</u>	1 (uma) vaga
UERN Universidade do Estado do Rio Grande do Norte	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	1 (uma) vaga
UFT Universidade Federal do Tocantins	Mest. profissional	<u>Ensino de história</u>	2 (duas) vagas (pessoas negras, indígenas, pessoas pertencentes a povos tradicionais, com deficiência e trans)
ProfEPT Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica IFBA Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia	Mest. profissional	<u>Educação profissional e tecnológica</u>	Educação profissional e tecnológica. 6 (seis) vagas. O documento cria abertura para que 40 instituições tenham cotas direcionadas às pessoas trans, mas apenas o IFBA adotou a política até agora.
UEA Universidade do Estado do Amazonas	Especialização	Sexualidade, Gênero e Direitos Humanos	2 (duas) vagas.
UFRB Universidade Federal do Recôncavo da Bahia	Doutorado	Ciências Agrárias	15% (quilombolas, indígenas, pessoas trans). Se aplica a todos os cursos de pós-graduação da UFRB.

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Doutorado	Engenharia Agrícola Especialização de Gestão em Saúde - EaD	Idem
Idem	Especialização	Educação e Interdisciplinaridade	Idem
Idem	Especialização	Ensino de Ciências - Anos Finais do Ensino Fundamental "Ciência é Dez!"	Idem
Idem	Especialização	Ensino de Ciências e Matemática	Idem
Idem	Especialização	Inclusão e Diversidade na Educação - EaD	Idem
Idem	Especialização	Políticas e Gestão Cultural	Idem
Idem	Especialização	Psicologia, Avaliação e Atenção à Saúde	Idem
Idem	Especialização	Tecnologias e Educação Aberta e Digital - EaD	Idem
Idem	Especialização Interdisciplinar	Ambiente, Tecnologia e Sustentabilidade	Idem
Idem	Mestrado	Arqueologia e Patrimônio Cultura	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado	Ciência Animal	Idem
Idem	Mestrado	Ciências Agrárias	Idem
Idem	Mestrado	Ciências Sociais	Idem
Idem	Mestrado	Comunicação	Idem
Idem	Mestrado	Engenharia Agrícola	Idem
Idem	Mestrado	Microbiologia Agrícola	Idem
Idem	Mestrado	Política Social e Territórios	Idem
Idem	Mestrado	Recursos Genéticos Vegetais	Idem
Idem	Mestrado	Solos e Qualidade de Ecossistemas	Idem
Idem	Mestrado profissional	Defesa Agropecuária	Idem
Idem	Mestrado profissional	Educação Científica, Inclusão e Diversidade	Idem
Idem	Mestrado profissional	Educação do Campo	Idem
Idem	Mestrado profissional	Gestão de Políticas Públicas e Segurança Social	Idem
Idem	Mestrado profissional	História da África, da Diáspora e dos Povos Indígenas	Idem
Idem	Mestrado profissional	Matemática PROFMAT	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado Profissional	Propriedade Intelectual e Transferência de Tecnologia para Inovação	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Saúde da Família	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Saúde da População Negra e Indígena	Idem
Idem	Residência	Enfermagem com Ênfase em Cardiologia	Idem
Idem	Residência	Medicina Médica de Família e da Comunidade	Idem
Idem	Residência	Nutrição Clínica com Ênfase em Pediatria e em Terapia Intensiva	Idem
UFSB Universidade Federal do Sul da Bahia	Mest/Dout	Biosistemas	Mestrado: 25% para pessoas com deficiência e pessoas candidatas autodeclaradas indígenas, quilombolas, pessoas pretas ou pardas e pessoas trans, que tenham cursado ensino médio em escolas públicas (05 vagas); Doutorado: mínimo de 25% e máximo de 50% por área de atuação para PcDs e pessoas candidatas autodeclaradas indígenas, quilombolas, pessoas pretas ou pardas e pessoas trans que tenham cursado ensino médio em escolas públicas (05 vagas)
Idem	Mestrado	Ciências e Tecnologias Ambientais	4 (quatro) vagas para pessoas optantes autodeclaradas indígenas, quilombolas, pessoas pretas ou pardas e pessoas trans, que tenham cursado ensino fundamental e médio em escolas públicas
Idem	Mestrado Profissional	Ensino e Relações Étnico-Raciais	Campus: CJA Itabuna: 1 (uma) vaga para pessoas trans CPF Teixeira de Freitas: 1 (uma) vaga para pessoas trans CSC Porto Seguro: 1 (uma) vaga para pessoas trans

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout	Estado e Sociedade	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Saúde da Família	
Idem	Especialização	Dramaturgias Expandidas do Corpo e dos Saberes Populares	10% para pessoas trans: 2 (duas) vagas
Idem	Especialização	Engenharia Ambiental e Urbana	6 (seis) vagas para pessoas auto-declaradas indígenas, ciganas, pretas ou pardas e pessoas trans
Idem	Especialização	Pedagogia das Artes	10% para pessoas trans: 3 (três) vagas para CJA Itabuna e 3 (três) vagas para CSC Porto Seguro
Idem	Especialização	Saúde Coletiva	Campus: Jorge Amado - Itabuna: 1 (uma) vaga para pessoas trans Paulo Freire - Teixeira de Freitas: 1 (uma) vaga para pessoas trans Sosígenes Costa - Porto Seguro: 1 (uma) vaga para pessoas trans
UFRPE Universidade Federal Rural de Pernambuco	Mest./Dout.	Administração e Desenvolvimento Rural	20% (pessoas negras, indígenas, PCDs, pessoas trans)
Idem	Mest./Dout.	Agroecologia e Desenvolvimento Territorial	Idem
Idem	Mest./Dout	Agronomia (Melhoramento Genético de Plantas)	Idem
Idem	Mest./Dout	Biociência Animal	Idem
Idem	Mest./Dout	Biometria e Estatística Aplicada	Idem
Idem	Mest./Dout	Biotecnologia (RENORBIO)	Idem
Idem	Mest./Dout	Botânica	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout	Ciência Animal Tropical	Idem
Idem	Mest./Dout	Ciência do Solo	Idem
Idem	Mest./Dout	Ciência e Tecnologia de Alimentos	Idem
Idem	Mest./Dout	Ciências Florestais	Idem
Idem	Mest./Dout	Consumo, Cotidiano e Desenvolvimento Social	Idem
Idem	Mest./Dout	Controladoria	Idem
Idem	Mest./Dout	Desenvolvimento e Inovação Tecnológica em Medicamentos	Idem
Idem	Mest./Dout	Ecologia	Idem
Idem	Mest./Dout	Educação, Cultura e Identidades	Idem
Idem	Mest./Dout	Engenharia Agrícola	Idem
Idem	Mest./Dout	Engenharia Ambiental	Idem
Idem	Mest./Dout	Ensino das Ciências	Idem
Idem	Mest./Dout	Entomologia	Idem
Idem	Mest./Dout	Estudos de Linguagem	Idem
Idem	Mest./Dout	Etnobiologia e Conservação da Natureza	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout	Física aplicada	Idem
Idem	Mest./Dout	Fitopatologia	Idem
Idem	Mest./Dout	História	Idem
Idem	Mest./Dout	Informática aplicada	Idem
Idem	Mest./Dout	Medicina Veterinária	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Profissional em Administração Pública (PROFIAP)	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Ensino de Física (PROFFIS)	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Matemática em Rede Nacional (PROFMAT)	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Saúde Única (PMPSU)	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Química em Rede Nacional (PROFQUI)	Idem
Idem	Mest./Dout.	Química	Idem
Idem	Mest./Dout.	Recursos Pesqueiros e Aquicultura	Idem
Idem	Mest./Dout.	Tecnologia e Gestão em Educação a Distância	Idem
Idem	Mest./Dout.	Zootecnia	Idem
Idem	Mest./Dout.	Ciência Animal e Pastagens	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout	Ciências Ambientais	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Letras (PROFLETRAS)	Idem
Idem	Mest./Dout	Produção Agrícola	Idem
Idem	Mest./Dout	Sanidade e Reprodução de Animais de Produção	Idem
Idem	Mest./Dout	Biodiversidade e Conservação	Idem
Idem	Mest./Dout	Produção Vegetal	Idem
Idem	Mest./Dout	Engenharia Física	Idem
UFBA Universidade Federal da Bahia	Mest./Dout	Administração	Mestrado: até 1 (uma) vaga para pessoas trans; Doutorado: até 1 (uma) vaga para pessoas trans (vagas supranumerárias)
Idem	Mestrado Profissional	Administração	Idem
Idem	Mest./Dout	Antropologia	Idem
Idem	Mest./Dout	Ciência da Informação	Idem
Idem	Mest./Dout	Ciências Sociais	Idem
Idem	Mest./Dout	Comunicação e Cultura Contemporâneas	Idem
Idem	Mestrado	Contabilidade	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout	Cultura e Sociedade	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Currículo, Linguagens e Inovações Pedagógicas	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Desenvolvimento e Gestão Social	Idem
Idem	Doutorado	Difusão do Conhecimento	Idem
Idem	Mest./Dout	Direito	Idem
Idem	Mest./Dout	Economia	Idem
Idem	Mest./Dout	Educação	Idem
Idem	Mest./Dout	Ensino, Filosofia e História das Ciências	Idem
Idem	Mestrado	Estudos Interdisciplinares sobre a Universidade	Idem
Idem	Mest./Dout	Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo	Idem
Idem	Mest./Dout	Filosofia	Idem
Idem	Mest./Dout	História	Idem
Idem	Mestrado	Museologia	Idem
Idem	Mest./Dout	Psicologia	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Psicologia da Saúde	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado	Relações Internacionais	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Segurança Pública, Justiça e Cidadania	Idem
Idem	Mestrado	Serviço Social	Idem
Idem	Mest./Dout.	Alimentos, Nutrição e Saúde	Idem
Idem	Mest./Dout.	Assistência Farmacêutica	Idem
Idem	Mestrado	Biociências	Idem
Idem	Mestrado	Biodiversidade e Evolução	Idem
Idem	Mestrado	Biotecnologia	Idem
Idem	Doutorado	Biotecnologia (Renorbio)	Idem
Idem	Mest./Dout.	Ciência Animal nos Trópicos	Idem
Idem	Mest./Dout.	Ciência de Alimentos	Idem
Idem	Mest./Dout.	Ciências da Saúde	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Ecologia	Idem
Idem	Mest./Dout.	Ecologia: Teoria, Aplicação e Valore	Idem
Idem	Mest./Dout.	Enfermagem	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout.	Farmácia	Idem
Idem	Mestrado	Genética e Biodiversidade	Idem
Idem	Mest./Dout.	Imunologia	Idem
Idem	Mest./Dout.	Medicina e Saúde	Idem
Idem	Mest./Dout.	Multicêntrico em Ciências Fisiológicas	Idem
Idem	Mest./Dout.	Multicêntrico em Bioquímica e Biologia Molecular (SBBq)	Idem
Idem	Mest./Dout.	Odontologia e Saúde	Idem
Idem	Mest./Dout.	Patologia Humana	Idem
Idem	Mest./Dout.	Processos Interativos dos Órgãos e Sistemas	Idem
Idem	Mest./Dout.	Saúde Coletiva	Idem
Idem	Mestrado	Saúde Coletiva IMS	Idem
Idem	Mestrado	Saúde, Ambiente e Trabalho	Idem
Idem	Mest./Dout.	Zootecnia	Idem
Idem	Mest./Dout.	Arquitetura e Urbanismo	Idem
Idem	Mestrado Profissional	CECRE - Conservação e Restauração de Monumentos e Núcleos Históricos	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mest./Dout.	Ciência da Computação	Idem
Idem	Doutorado	Energia e Ambiente	Idem
Idem	Mest./Dout.	Engenharia Elétrica	Idem
Idem	Mest./Dout.	Engenharia Industrial	Idem
Idem	Mestrado profissional	Engenharia Industrial	Idem
Idem	Mestrado	Engenharia Química	Idem
Idem	Doutorado	Engenharia Química-UFBA/UNIFACS	Idem
Idem	Mest./Dout.	Física	Idem
Idem	Mest./Dout.	Geofísica	Idem
Idem	Mest./Dout.	Geografia	Idem
Idem	Mest./Dout.	Geologia	Idem
Idem	Mestrado	Geoquímica: Petróleo e Meio Ambiente	Idem
Idem	Mestrado	Matemática	Idem
Idem	Doutorado	Matemática - UFBA/UFAL	Idem
Idem	Mestrado profissional	Matemática em Rede Nacional (Profmat)	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado	Meio Ambiente, Águas e Saneamento	Idem
Idem	Mest./Dout.	Química	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Artes (Profartes)	Idem
Idem	Mest./Dout.	Artes Cênicas	Idem
Idem	Mest./Dout.	Artes Visuais	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Dança	Idem
Idem	Mest./Dout.	Dança	Idem
Idem	Mest./Dout.	Música	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Música	Idem
Idem	Mestrado Profissional	Letras (Profletras)	Idem
Idem	Mest./Dout.	Língua e Cultura	Idem
Idem	Mest./Dout.	Literatura e Cultura	Idem
UNEB Universidade do Estado da Bahia	Mestrado	Agronomia: Horticultura Irrigada (PPGHI)	5% de sobrevagas. Apenas estudantes que cursaram ensino fundamental e ensino médio em escola pública, e de baixa renda.
Idem	Mestrado	Biodiversidade Vegetal (PPGBVeg)	Idem
Idem	Mestrado	Ciências Farmacêuticas (PPGFARMA)	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado	Crítica Cultural (Pós-Crítica)	Idem
Idem	Mestrado	Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)	Idem
Idem	Mestrado	Educação, Cultura e Territórios Semiáridos (PPGESA)	Idem
Idem	Mestrado	Educação de Jovens e Adultos (MPEJA)	Idem
Idem	Mestrado	Educação e Diversidade (MPED)	Idem
Idem	Mestrado	Ensino de Física (ProfFísica)	Idem
Idem	Mestrado	Ensino de História (ProfHistoria)	Idem
Idem	Mestrado	Estudo de Linguagens (PPGEL)	Idem
Idem	Mestrado	Estudos Africanos, Povos Indígenas e Culturas Negras (PPGEAFIN)	Idem
Idem	Mestrado	Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS)	Idem
Idem	Mestrado	Estudos Territoriais (PROET)	Idem
Idem	Mestrado	Gestão e Tecnologia Aplicadas à Educação (GESTEC)	Idem
Idem	Mestrado	História (Pós-História)	Idem
Idem	Mestrado	História Regional e Local (PPGHIS)	Idem
Idem	Mestrado	Intervenção Educativa e Social (MPIES)	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado Profissional	Profissional em Letras (Profletras)	Idem
Idem	Mestrado	Química Aplicada (PGQA)	Idem
Idem	Mestrado	Saúde Coletiva (MEPISCO)	Idem
Idem	Mestrado	Modelagem e Simulação de Biosistemas (PPGMSB)	Idem
Idem	Doutorado	Crítica Cultural (Pós-Crítica)	Idem
Idem	Doutorado	Multi-Institucional Multi-disciplinar em Difusão do Conhecimento (DMMDC)	Idem
Idem	Doutorado	Ecologia Humana e Gestão Socioambiental (PPGEcoH)	Idem
Idem	Doutorado	Educação e Contemporaneidade (PPGEduC)	Idem
Idem	Doutorado	Agroecologia e Desenvolvimento Territorial (PPGADT)	Idem
Idem	Doutorado	Estudo de Linguagens (PPGEL)	Idem
Idem	Especialização	Política do Planejamento Pedagógico	Idem
Idem	Especialização	Educação Matemática	Idem
Idem	Especialização	História Social da Cultura	Idem
Idem	Especialização	História, Educação e Sociedade	Idem
Idem	Especialização	Educação e Meio Ambiente	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Especialização	Ensino de Língua Portuguesa e Literaturas	Idem
Idem	Especialização	Gestão Estratégica de Negócios	Idem
Idem	Especialização	Gestão Estratégica das Organizações	Idem
Idem	Especialização	Literatura Brasileira: Formação do Cânone e Contrapontos Críticos	Idem
Idem	Especialização	Estudos Literários e Linguística Aplicada ao Ensino	Idem
Idem	Especialização	Educação Ambiental, Biodiversidade e Cultura Regional	Idem
Idem	Especialização	Educação Processos Tecnológicos	Idem
Idem	Especialização	Gênero, Raça, Etnia e Sexualidades na Formação de Educadores	Idem
Idem	Especialização	Matemática Aplicada	Idem
Idem	Especialização	Biociências e Biodiversidade: Ecologia e Conservação Ambiental	Idem
Idem	Especialização	História, Cultura e Sociedade	Idem
Idem	Especialização	Educação do Campo	Idem
Idem	Especialização	Gestão e Políticas Públicas para a Educação Básica	Idem
Idem	Especialização	Educação a Distância	Idem
Idem	Especialização	Estudos Sociais e Humanidades	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Especialização	Formação de Professores em Letras/Libras	Idem
Idem	Especialização	Gestão em Saúde	Idem
Idem	Especialização	Gestão Pública	Idem
Idem	Especialização	Gestão Pública Municipal	Idem
UFCA Universidade Federal do Cariri	Especialização	Tradução e interpretação em libras	20% das vagas para pessoas negras; 1 (uma) vaga suplementar para pessoas trans, PcDs e indígenas
Idem	Especialização	Residência médica (Cirurgia Área Básica)	Idem
Idem	Especialização	Residência médica (Clínica Médica)	Idem
Idem	Especialização	Residência médica (Ginecologia e Obstetrícia)	Idem
Idem	Especialização	Residência médica (Medicina Geral de Família e Comunidade)	Idem
Idem	Especialização	Residência médica (Patologia)	Idem
Idem	Especialização	Residência médica (Pediatría)	Idem
Idem	Mestrado	Biblioteconomia	Idem
Idem	Mestrado	Bioquímica e Biologia Molecular	Idem
Idem	Mestrado	Desenvolvimento Regional Sustentável	Idem
Idem	Mestrado	Matemática	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado	Ciências da Saúde	Idem
Idem	Doutorado	Bioquímica e Biologia Molecular	Idem
UEMS Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul	Mest./Dout.	Agronomia: Produção Vegetal	5% das sobrevagas.
Idem	Mest./Dout.	Recursos Naturais	Idem
Idem	Mestrado	Agronomia	Idem
Idem	Mestrado	Desenvolvimento Regional e de Sistemas Produtivos	Idem
Idem	Mestrado	Educação	Idem
Idem	Mestrado	Letras	Idem
Idem	Mestrado	Zootecnia	Idem
Idem	Mestrado profissional	Educação	Idem
Idem	Mestrado profissional	Educação Científica e Matemática	Idem
Idem	Mestrado profissional	Ensino de Saúde	Idem
Idem	Mestrado profissional	História	Idem
Idem	Mestrado profissional	Letras (Campo Grande)	Idem
Idem	Mestrado profissional	Letras (Dourados)	Idem

Universidade	Titulação	Cursos de pós-graduação	Número de vagas reservadas
Idem	Mestrado Profissional	Matemática	Idem
Idem	Especialização	Coordenação Pedagógica	Idem
Idem	Especialização	Direito e Vulnerabilidade	Idem
Idem	Especialização	Direitos Difusos e Coletivos	Idem
Idem	Especialização	Direitos Humanos	Idem
Idem	Especialização	Economia de Saúde e Gestão em Saúde	Idem
Idem	Especialização	Educação Especial - Deficiência Intelectual	Idem
Idem	Especialização	Gestão Pública (EaD)	Idem
Idem	Especialização	Gestão Pública (Maracaju)	Idem
Idem	Especialização	Plan. e Gestão Pública e Privada do Turismo	Idem
Idem	Especialização	Políticas Públicas, Cultura e Sociedade	Idem
Idem	Especialização	Residência Multiprofissional em Saúde da Família	Idem
Idem	Especialização	Segurança Pública e Fronteiras	Idem
Idem	Especialização	Vivências Pedagógicas Ativas no Ensino Superior	Idem



7. Orientações de implementação de Políticas Públicas

ORIENTAÇÕES PARA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS AFIRMATIVAS

“No caso da vaga para pessoas trans foi uma demanda que o nosso corpo discente apresentou ao nosso conjunto departamental essa demanda de abrir uma vaga especial para pessoas trans neste ano e que foi prontamente aceita por unanimidade no nosso departamento. Então essas políticas vêm da demanda mesmo de pessoas negras, indígenas, pessoas trans que tem cada vez mais, também, adentrado esse espaço universitário e aí vão abrindo espaço para essas políticas. Então a estrutura universitária vai mudando também respondendo a atuação dos próprios sujeitos.” (Trecho retirado de uma das entrevistas)

A fala em destaque reflete toda uma dinâmica que perpassa a criação de ações afirmativas no ambiente da Pós-Graduação. Antes de apresentarmos os pontos centrais para a construção da política, devemos ter em mente que a maior parte das ações afirmativas para pessoas trans foram criadas a partir de demandas de estudantes trans que passam a acessar o ambiente universitário. Assim, devemos reconhecer o protagonismo dessas pessoas que passam a lutar por seus direitos em um ambiente altamente hierárquico, cisgênero, heterossexual, branco e sem deficiência .

De forma geral, as políticas afirmativas voltadas para a população trans em universidades brasileiras se iniciaram adotando modelos de vagas supranumerárias, ou seja, vagas adicionais foram criadas em programas de pós-graduação. Através da análise dos editais, percebemos que esse segue o modelo mais adotado pelas universidades, mas pontuamos alguns cuidados em relação a sua implementação efetiva.

Há dois caminhos possíveis em relação ao número de vagas: esse número pode ser fixo (por exemplo, 2 vagas para pessoas trans em um programa), ou pode ser percentual (por exemplo, 10% das vagas para pessoas trans em um programa). Consideramos que o valor percentual seja mais adequado, de modo a acompanhar possíveis transformações no número total de estudantes desses programas. Dado que o valor percentual não gera números exatos, é necessário que o edital explicita, por exemplo, se o resultado desse cálculo (x% do total) gerará um número inteiro para cima ou para baixo.

No caso dos programas de graduação, algumas universidades destinam as vagas exclusivamente a estudantes trans de baixa renda, ou separam as vagas pela metade (estudantes trans como um todo, de um lado, e estudantes trans de baixa renda, de outro). Isso é raro em programas de pós-graduação, conforme observamos, compreendendo que, nesse caso, há outros fatores sociais econômicos envolvidos, tais como a possibilidade de obter uma bolsa de estudos e a graduação realizada anteriormente.

Há ainda um outro modelo adotado por algumas universidades, onde há um número ou um percentual que é compartilhado por diferentes grupos sociais (por exemplo, uma vaga para indígenas, pessoas trans e quilombolas). Consideramos que esse modelo não seja o mais adequado, tendo em vista que as políticas afirmativas devem tomar em conta as particularidades de cada um desses grupos sociais - a presença ou ausência de candidaturas também diz sobre outras políticas e ações que devem ser tomadas no âmbito da educação.

Outro ponto de cuidado que observamos está na possibilidade ou não dessas vagas adicionais serem alocadas para a ampla concorrência. Consideramos que o modelo ideal adotado pelas universidades é de que essa vaga, exclusiva, seja extinta caso não haja candidaturas de pessoas trans. Isso evita possíveis distorções nos processos seletivos, e reforça que a política afirmativa é específica para aquele grupo social historicamente marginalizado. Outra possível alternativa, observada raramente nas universidades, está em realocar essa vaga não-utilizada para outros grupos sociais contemplados por políticas afirmativas - mas, novamente, reforçamos que há um risco de possíveis distorções no processo seletivo, de modo a possivelmente favorecer uma pessoa ou outra.

Algumas instituições juntam esses grupos de optantes, também chamados cotistas, de políticas afirmativas, de modo a estabelecer uma nota de corte diferente durante o processo seletivo. Essa é uma alternativa interessante, porém deve ser tomada com o devido cuidado. Há um risco, aqui, de que as políticas afirmativas atuem como um teto. Algumas universidades tem medidas que evitam essa armadilha: se uma nota de corte é 7, por exemplo, e para optantes é 5, uma pessoa optante que tire nota 9 é realocada para a ampla concorrência, e a vaga de política afirmativa segue aberta

para outras pessoas. Isso evita, que, por exemplo, candidaturas trans disputem entre si uma ou duas vagas no programa de pós-graduação, por vezes com uma "nota de corte" superior ao da ampla concorrência.

Os editais exigem de modo praticamente unânime apenas a autodeclaração durante o processo seletivo. Consideramos que o modelo adequado dessa autodeclaração indique apenas o nome utilizado pelas pessoas trans que estão se candidatando, sem explicitar o nome de registro. Podemos usar como exemplo o Programa de Pós-Graduação em Educação da Unicamp que traz o seguinte modelo de declaração em seu edital:

"Eu, XXXXXXXXXXXX (nome social), RG nº XXXXXXXXXXXX e documento de identidade, declaro para o fim específico de atender aos itens requeridos nesse edital, do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Campinas, que tenho aptidão a concorrer à vaga destinada a pessoas trans (travestis, transexuais e transgêneros). Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito(a) às sanções previstas no Decreto Lei no 2.848, de 07 de dezembro de 1940 - Código Penal - Falsidade Ideológica e às demais cominações legais aplicáveis" (UNICAMP, 2020).

Além da declaração, as pessoas optantes por cotas devem apresentar todos os documentos previstos nos editais para seleção. Em geral, dentre os documentos estão diplomas, históricos escolares, documentos de identificação, projeto de pesquisa e até mesmo carta de motivação. Algumas instituições exigem que a pessoa se afirme de determinada forma de modo específico como sendo transexual, travesti ou transgênero, por exemplo.

A principal dúvida acaba sendo sobre as identidades. Então se chama de pessoas trans, travestis, homens e mulheres transexuais, não binários. Enfim, eu acho que tinha um pouco essa dúvida e a gente acabou por determinar como pessoas trans ou a categoria mais geral e tem um momento no edital que é explicado algo como travesti transexual e não binárias. Mas eu acho que fica um pouco uma dúvida em relação a isso, mas a gente entendeu que pessoas trans dava conta nesse momento de especificação. (Trecho retirado de uma das entrevistas)

As questões envolvendo as identidades mobilizadas nos editais é um ponto central nas discussões ocorridas nas coordenações dos programas de pós - como apontado no trecho destacado acima - e acabam por refletir na construção dos editais. Essa preocupação se torna evidente em diferentes documentos que passam a reconhecer diversas identidades como, por exemplo, das pessoas não binárias, enquadrando-as como possíveis beneficiárias da política. Porém, vale ressaltar que, consideramos que isso não seja necessário, dado

que essas vagas são destinadas a “pessoas trans” como um todo, e que essas identidades por vezes se entrecruzam.

Outro ponto importante, relativo à implementação de políticas afirmativas, em algumas universidades, acompanha a criação de comissões de acompanhamento desses processos - recebendo demandas de estudantes e pessoas candidatas trans, por exemplo, e produzindo materiais para chamar e receber estudantes trans de modo mais efetivo. Isso é cuidadoso ao fato de que tais políticas afirmativas não se encerram em si mesmas, e compreendem um conjunto de ações mais amplo no interior da universidade.

Um desses pontos se refere à possibilidade de uso do nome social para as pessoas trans na matrícula, disciplinas e processos de seleção. No caso dos programas de pós-graduação (PPGs), os editais demonstram uma convergência no atendimento desta demanda. Contudo, é importante frisar que a maioria das ações afirmativas para pessoas trans foram implementadas nos últimos dois anos, isso significa que muitas demandas de pessoas estudantes e pesquisadoras trans ainda não foram amplamente atendidas, tendo em vista que por muitos anos os PPGs estiveram afastados desse debate.

Além da política de nome social, o acesso ao banheiro é uma questão importante e necessária de ser destacada - sendo um dos fatores determinantes para a permanência dessas pessoas no ambiente universitário. No trecho abaixo, podemos perceber que mesmo havendo uma ação da

Universidade no que tange o acesso aos banheiros, a ação por si só não garante o livre uso do espaço por pessoas trans, que ainda enfrentam dificuldades e barreiras. Assim, as ações dos PPGs e de outras instâncias das Universidades devem desenvolver a partir de ações complementares que sejam capazes de possibilitar uma vivência livre de discriminação.

Teve até uma política no [instituto] de você colocar uma plaquinha de trans acessibilidade, falando que aquele é um espaço que as pessoas podem optar por usar de acordo com o gênero com que elas se identificam, sem ter que se justificar. É livre supostamente é pra ser um espaço sem discriminação, obviamente uma placa não muda nada, coloca um certo posicionamento, ainda assim eu não me sinto a vontade pra entrar no banheiro masculino, por exemplo. Não acho que sei lá, por mais que a placa da porta de fora esteja dito aquilo, eu não sei qual seria minha receptividade dentro do banheiro. Então não vou entrar, vou usar o banheiro feminino porque era o banheiro que eu já usava antes deu entender que eu tinha o direito de reivindicar o uso dos diferentes banheiro dentro da universidade. (Trecho retirado de uma das entrevistas)

Por fim, reforçamos que os editais devem contemplar a possibilidade ou não de bolsas de estudos. Essa transparência facilita a decisão de estudantes trans, com a universidade explicitando se há ou não prioridade para optantes/cotistas, se o único critério é a nota obtida no processo ou se há algum outro critério de seleção (tal como o critério

sócio-econômico). Durante muitos anos, muitos PPGs possuíam critérios para facilitar o acesso de bolsas para pessoas negras e indígenas participantes dos processos seletivos, porém com a criação das ações afirmativas para pessoas trans observamos a intensificação das discussões sobre a construção de critérios socioeconômicos - conforme apontado no trecho a seguir, principalmente em um contexto de corte de bolsas e desvalorização das universidades.

A gente tá nesse momento preparando uma proposta que vai ser apresentada para o departamento de distribuição das bolsas por critérios socioeconômicos com prioridades para as ações afirmativas dentro desses critérios. Então a gente acionaria critérios socioeconômicos para estabelecer uma escala, seja a pessoa que precisa urgentemente da bolsa ou senão não consegue se manter no curso, que precisa imediatamente da bolsa até a pessoa que para qual a bolsa seria bem-vinda, mas ela conseguiria fazer sem a bolsa e dentro desses níveis digamos a gente daria prioridade às pessoas que entram por ações afirmativas, pessoas negras pessoas trans. (Trecho retirado de uma das entrevistas)

Assim, consideramos que, aliado ao mérito, os programas devem levar em conta os aspectos econômicos e sociais, citados ao longo deste Manual, que afetam diretamente a população trans. As bolsas de pós são essenciais para garantir o acesso, a permanência e a produção acadêmica das pessoas trans.



8. *Contribuições e ganhos*

CONTRIBUIÇÕES E GANHOS

Atualmente, no Brasil, cerca de 30 universidades públicas possuem reserva de vagas para pessoas trans, embora em muitas as políticas afirmativas estejam restritas a poucos programas de pós-graduação. Isso torna a implementação de Políticas de Ações Afirmativas para pessoas trans importante, mas, acima de tudo, inovador, no sentido em que se inserem um percurso histórico recente, datando dos últimos cinco anos.

Pode-se destacar o pioneirismo de cursos de pós-graduação que assumem a responsabilidade de estabelecer regimes de equidade e combate a todas as formas de discriminação. Como pioneiras, podemos destacar universidades de renome, como Universidade Federal da Bahia (UFBA), Universidade Federal de Brasília (UnB), Universidade Federal do Paraná (UFPR), Universidade Federal Fluminense (UFF), e outras.

A maior parte da população trans brasileira não tem a possibilidade de concluir o Ensino Médio e o Ensino Básico, sendo a principal causa das evasões a expulsão por motivações transfóbicas (UFSC, 2019). De acordo com um levantamento recente sobre o perfil de estudantes de graduação, apenas 0,2% das pessoas graduandas que foram entrevistadas se declararam trans (ANDIFES, 2019), por isso garantir o mínimo acesso e permanência dessas pessoas contribui como forma de reparação histórica em razão das desigualdades produzidas pela cisheteronormatividade.

A educação é meio para transformação social e, portanto, o acesso à educação pautado na equidade contribui para o desenvolvimento de um ambiente acadêmico universitário inclusivo e diverso. Além disso, é importante que as pesquisas para/ sobre essa população tenham sua representatividade e protagonismo para o desenvolvimento de ações públicas e políticas que melhorem a convivência social e comunitária.

O acesso ao Ensino Superior, por si, pode representar um salto social e econômico para grupos que foram e são historicamente excluídos e mar-

ginalizados. A possibilidade da ascensão socioeconômica por meio da formação universitária é um dos ganhos mais importantes para as pessoas trans, considerando, principalmente, que é um população majoritariamente desempregada ou em subempregos, podendo estar também em situação de rua. Considerando os processos de exclusão enfrentados por pessoas trans no país, a educação se torna um eixo central na quebra desse ciclo de violências, qualificando-as e preparando-as para o eventual ingresso no mercado de trabalho formal e na construção de suas carreiras. Além disso, o advento de Políticas de Ações Afirmativas para pessoas trans podem ajudar que membros dessa comunidade tenham maior representatividade no espaço acadêmico e, conseqüentemente, que possam ocupar lugares de maior prestígio social e intelectual. No âmbito da produção científica, é possível afirmar que há invisibilidade e apagamento de epistemologias trans que poderiam ajudar a (re)pensar o mundo e a sociedade a partir de outras lentes. Assim, a inserção de pessoas trans nos espaços de produção de conhecimento é benéfico para as próprias instituições de ensino, tendo em vista a entrada de novas experiências e de novos saberes que geram perspectivas inovadoras no âmbito da pesquisa - o que é confirmado na fala abaixo.

Então eu acho que não só tem um pacto político desse ponto de vista mais imediato de ação de acesso de democratização do acesso a pós-graduação para pessoas trans, mas tem um impacto político de outras perspectivas que é o impacto político na produção de um conhecimento situado e mais diverso. (Trecho retirado de uma das entrevistas)

Dessa forma, a inclusão de pessoas deste grupo poderá gerar impactos positivos na produção de conhecimento, promovendo a produção de epistemologias e conhecimentos próprios, revolu-

cionários e representativos. Devemos levar em conta que todo conhecimento é situado, ou seja, que o conhecimento não pode ser dissociado dos sujeitos e dos espaços que o produzem. Assim, independente da área de conhecimento que as pessoas estejam, elas carregam suas próprias histórias na produção científica e intelectual. Quando um grupo social é excluído e marginalizado desses espaços, essa produção perde contribuições importantes. O mesmo pode ser dito para o mercado de trabalho, que se beneficia com um ambiente mais plural e diverso.

Ainda, pensando no espaço universitário como um local para construção de sociabilidades, a inclusão de pessoas trans na pós-graduação também permite suas sociabilidades e existências em espaços de convivência coletiva e mais diversa.

Dito isso, o reconhecimento e aceitação da existência trans em todos os espaços sociais se relaciona a redução da transfobia uma vez que, ao ocupar esses espaços, não há apenas a possibilidade de empoderamento pessoal, mas a chance de construção de um projeto de sociedade democrático, diverso, inclusivo e anticolonial.



9. Considerações Finais



CONSIDERAÇÕES FINAIS

O acesso à educação, por parte da população trans, vem sendo, historicamente, permeado de obstáculos. O bullying, o desrespeito à identidade de gênero e as dificuldades ligadas ao uso do banheiro, são só alguns, dos vários impasses encontrados por este segmento social, nos espaços educacionais. A partir da falta de políticas que busquem a inserção e permanência de pessoas trans no ensino básico, duas consequências podem ser destacadas: i) um número reduzido de estudantes trans e gênero-dissidentes adentrando o ensino superior, já que a maioria, nem sequer consegue terminar o ensino médio em decorrência das violências ali sofridas ii) dificuldades evidentes, em se inserirem no mercado de trabalho formal, o que faz com que a imensa maioria da população T encontre na prostituição a sua forma principal de subsistência.

O Manual apresentado, desta forma, surge como resultado da vontade da equipe de Pesquisa & Desenvolvimento da TODXS de trazer um material informativo sobre questões concernentes às ações afirmativas no ensino superior, voltadas ao segmento trans. Através de pesquisa bibli-

ográfica, documental e empírica, buscamos compartilhar informações de extrema relevância sobre a temática, esperando, assim, que no futuro, tais dados possam impactar positivamente a realidade de pessoas trans, especialmente no que diz respeito à educação e à empregabilidade.

Desta forma, a presente pesquisa, orientada a partir de dois eixos: análise documental e entrevistas semi-estruturadas, teve como norte e inspiração o Programa de Pós-Graduação em Antropologia da UNICAMP, um dos pioneiros na adoção de políticas de cotas para o ingresso da População T na pós-graduação. Além de levantamento bibliográfico que incluiu produções científicas, matérias jornalísticas sobre o tema e publicações de organizações como o IBTE (Instituto Brasileiro Trans de Educação), também organizamos um mapeamento dos editais de seleção e resoluções de programas de instituições públicas que regulamentam ações afirmativas para pessoas trans na pós-graduação.

A partir deste mapeamento, levantamos um total de 55 editais (até o fechamento desta publicação), com



vagas específicas para pessoas candidatas trans. Através dos editais analisados, podemos constatar que as seleções ocorrem de maneira unificada: todas as pessoas candidatas são submetidas às mesmas fases avaliativas. A maioria das seleções analisadas adotam o modelo supranumerário, onde são criadas vagas adicionais especialmente para optantes trans. No caso dessas vagas não serem preenchidas na modalidade trans, alguns programas não as remanejamos para a ampla concorrência, fazendo com que essas vagas sejam “excluídas”. Em outros casos, tais vagas são convertidas à modalidade de ampla concorrência.

Observamos, também, que o critério majoritariamente utilizado para o ingresso nas vagas destinadas à população trans é o da autodeclaração: exige-se da pessoa trans optante, geralmente, um documento onde se atesta a identidade de gênero da pessoa trans, assumindo-se a veracidade e as responsabilidades pela declaração. Outro ponto interessante é que grande parte dos editais analisados informam que não há garantia de bolsas de estudo para as pessoas ingressantes. Nenhum dos

editais analisados, até então, faz menção à bolsa de estudo ou auxílio financeiro específico para optantes trans.

A partir do levantamento e da produção deste Manual, foi possível constatar que, no Brasil, as ações afirmativas para o ingresso de pessoas trans em cursos de mestrado, doutorado e especialização, começaram a ser implementadas a partir de 2017. Desde então, inúmeras instituições públicas, passaram a adotar tais ações afirmativas, com destaque para os Programas de Pós-Graduação em áreas de humanidades. Apesar do número crescente de universidades e programas implementando tais políticas afirmativas, é possível perceber que as vagas direcionadas para a população T possui um número reduzido (se compararmos com outras minorias sociais) e que as instituições, precisam, além de regulamentar políticas de acesso para essa população, também viabilizar ações de permanência que envolvam auxílios através de bolsas de estudo, alimentação, moradia, transporte, além de espaços verdadeiramente acolhedores, seguros e livres de transfobia.





10. Referências

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Luma N. **Travestis na escola**: assujeitamento ou resistência à ordem normativa. 2012. 279f. 2012. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, Ceará.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). **Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2019**. Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (orgs). São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2019. Disponível em: <https://antrabrasil.files.wordpress.com/2020/01/dossic3aa-dos-assassinatos-e-da-violc3aancia-contra-pessoas-trans-em-2019.pdf>. Acesso em: 20 ago. 2020.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS DIRIGENTES DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (ANDIFES). **Pesquisa do Perfil Socioeconômico dos Estudantes de Graduação das Universidades Federais**. Relatório online, 2019. Disponível em: <http://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-do-Perfil-SocioeconC3%B4mico-dos-Estudantes-de-GraduaaC3%A7C3%A3o-das-Universidades-Federais-2.pdf>. Acesso em: 12 ago. 2020.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução nº 1, de 19 de janeiro de 2018**. Define o uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=81001-rcp001-18-pdf&category_slug=janeiro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 02 jun. 2020.

IAZZETTI, Brume Dezembro. **Disputas e tensões no acesso e permanência de pessoas trans no ensino superior público brasileiro**. Texto apresentado no VI Congresso ALA 2020.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Microdados do Exame Nacional do Ensino Médio**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acesso-a-informacao/dados-abertos/microdados/enem>. Acesso em: 10 jul. 2020.

MOEHLECKE, SABRINA. Ação Afirmativa: História e Debates no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, n. 117, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/cp/n117/15559.pdf>. Acesso em: 01 set. 2020.

MONTEIRO, Anielle Oliveira. **Corpos Trans-tornados**: um estudo sobre a(s) transexualidade(s) e o Projeto de Lei 5002/2013 (Lei João W. Nery). 2017. 101 f. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos, Cidadania & Políticas Públicas) – Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, 2017.

NÚCLEO DE DIREITOS HUMANOS E CIDADANIA LGBT. **Projeto transexualidades e saúde pública no Brasil**: entre a invisibilidade e a demanda por políticas públicas para homens trans. Relatório online, 2016. Disponível em: <http://www.nuhufmg.com.br/homens-trans-relatorio2.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2020.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES (UNE). **Cotas na Pós Graduação são indicativo de justiça social e progresso na ciência**. 2017. Disponível em: <http://une.org.br/noticias/cotas-na-pos-graduacao-sao-indicativo-de-justica-social-e-progresso-na-ciencia>. Acesso em: 08 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS (UFMG). Pró-reitoria de Assuntos Estudantis. **História das Ações Afirmativas**. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <https://www.ufmg.br/prae/acoes-afirmativas/historia-das-acoes-afirmativas/#:~:text=As%20políticas%20de%20ação%20afirmativa,-Durban%2C%20na%20África%20do%20Sul>. Acesso em: 01 set. 2020.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC). **'Trans e travestis estão revolucionando e produzindo conhecimento'**, diz pesquisadora. 2019. Disponível em: <https://noticias.ufsc.br/2019/07/ufsc-na-midia-trans-e-travestis-estao-revolucionando-e-produzindo-conhecimento-diz-pesquisadora>. Acesso em: 08 jul. 2020.

VERGUEIRO, Viviane. Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial. In: MESSEDER, S.; CASTRO, M. G.; MOUTINHO, L. (orgs.). **Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero** [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, p. 249-270. <https://doi.org/10.7476/9788523218669.0014>.

